## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA GRIANGA

## ESTADO DA BAHIA

## Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Criação Lei Federal 8.069/90 — Lei Municipal: 081/01 e reeditada pela 403/23.

## EXTRATO DO PARECER DA COMISSÃO TEMÁTICA PERMANENTE DE NORMAS E POLÍTICAS DE GARANTIAS DE DIREITOS

**Assunto:** Análise dos processos de solicitação de renovação de registro no CMDCA/PTN. **Processos analisados:** 

Processo 001/2025 – ASSOCIAÇÃO DAS DOCEIRAS E ARTESÃOS DO DISTRITO DE MOENDA – CNPJ 07.505.104/0001-05

Processo 002/2025 – AMBACOV - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO COLINA VERDE – CNPJ 08.963.995/0001-06

Processo 003/2025 – ASSOCIAÇÃO UNIÃO DE MORADORES DE CORTE DE PEDRA – AUMCP – CNPJ 13.070.123/0001-40

Processo 004/2025 – CASA FAMILIAR RURAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES – CNPJ 05.287.777/0001-00

Processo 005/2025 – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E AÇÃO – IDEA – CNPJ 07.442.085/0001-07

Processo 006/2025 – INSTITUTO DIREITO E CIDADANIA DO BAIXO SUL DA BAHIA – CNPJ 06.278.026/0001-82

**Relator:** Josias dos Santos Silva **Data:** 25 de outubro de 2025.

- **1. Fundamentação:** As análises observaram as disposições da Resolução CMDCA-PTN nº 14/2024, Resolução nº 15/2023 (Regimento Interno), Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA) e Lei Municipal nº 402/2023. As entidades apresentaram toda a documentação exigida, atendendo aos requisitos legais e regimentais.
- **2. Conclusão:** Todas as instituições encontram-se em conformidade com as exigências legais e regulamentares, tendo sido constatada a regularidade dos documentos e dos programas desenvolvidos. A Comissão manifesta **PARECER FAVORÁVEL** à renovação do registro das entidades listadas.
- **3. Fundamentação Legal:** Art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990; Lei Municipal nº 402/2023; Regimento Interno do CMDCA (Resolução nº 15/2023); Resolução CMDCA/PTN nº 14/2024; Princípios da prioridade absoluta e da proteção integral previstos na Constituição Federal e no ECA.
- **4. Parecer Final:** Após a análise técnica e documental, a Comissão Temática Permanente de Normas e Políticas de Garantias de Direitos emite **PARECER FAVORÁVEL** à renovação do registro das entidades supracitadas junto ao CMDCA de Presidente Tancredo Neves, pelo prazo de quatro anos, conforme previsto na legislação vigente. Presidente Tancredo Neves Bahia, 06 de novembro de 2025.